



Editorial

O planeta vive agora, ao mesmo tempo, o aprofundamento da crise e as ilusões de uma Copa do Mundo. O futebol como indústria do divertimento de massa, tornou-se - para o capital oligárquico financeiro, um excelente viveiro para a sua reprodução ampliada. A crise do capital, do grande capital, é o resultado de seu gigantesco volume que não encontra - ou que encontra cada vez menos, setores produtivos que conseguem escoamento nos mercados consumidores e, portanto, alimentar a reprodução de mais valor e lucro. A ausência de lucro é mortificante para o capital. O lucro é sua essência, sem o qual morre. Os investimentos nas bolsas de valores procuram resultados imediatos que economizem os longos e incertos ciclos da reprodução do capital diretamente produtivo, industrial ou agrícola. Os investimentos em especulação são fruto de um capital que só consegue se "enriquecer" mais, não mais como capital real, portador de mais-valor real, mas como títulos de valores e hipotecas que se realizariam futuramente uma vez liquidados. Outra saída tem sido o investimento em capitais destrutivos (produção e tráfico de armas e de drogas, prostituição, tráfico de órgãos, etc.) que ao se reproduzirem só o fazem criando um deserto de destruições imediatas e mediatas. Trata-se de uma contradição inultrapassável que além da destruição da natureza precisa fazer face aos 10 bilhões de humanos em um planeta de recursos finitos nos próximos 30 anos.

Crise é, pois, uma palavra que se tornou lugar comum em todos os telejornais do mundo e no Brasil dos últimos dois anos ela é provavelmente das mais pronunciadas, também pelo cidadão comum. É claro que existem países que vivem situações ainda mais críticas que as que vivem os brasileiros e basta verificar o noticiário sobre a Síria e aquele dos países que têm produzido uma população "inútil" que se arrisca há anos em barcos de contrabandistas e mafiosos pensando chegar até a Europa porque pensam que pior não pode ser. Há alguns anos o povo libanês sofreu horrores e o país foi completamente destruído, particularmente sua capital Beirute. Qual a responsabilidade de sua população, do cidadão comum em relação à guerra? Quanta miséria, quanto manipulação nas notícias sobre este pequeno país de uma cultura rica e que era um dos mais prósperos, senão o mais próspero da região! O que falar do povo palestino? Muitos historiadores chamam a atenção de que o povo judeu e o povo palestino são um único e mesmo povo!

Quem sabe alguma coisa do que se passa nos países da África negra? Basta pensar em um caso emblemático: o caso do Congo! Alguns acreditam de forma



“evolucionista” que esses países - como seria o caso do Congo, realiza sua acumulação originária de capital, como se lhes fosse possível voltar ao século XV e XVI e recomeçar como os países que viram a industrialização primária da Revolução Industrial. Mas a miséria que se reproduz no Congo difere daquela da Inglaterra de 1750, porque neste último caso o capitalismo trazia em seu bojo, ainda que contraditoriamente, algum progresso para a população trabalhadora. No Congo de hoje se trata de uma exploração sem nenhum progresso possível para seu povo. Os valores oriundos da imensa riqueza do país (que sozinho seria capaz de deter um PIB maior que o da União Europeia e dos EUA), não o impede de se achar classificado com o sinal de alarme Ponto 3 da ONU, equivalente àquele da Síria. A riqueza deste país também não é usufruída diretamente pelas populações dos países que lhe exploram. Somente as “castas” locais associadas às “castas” do grande capital financeiro internacional usufruem dela. A população local vive a ausência de progresso possível. Quanto miséria! O país está mergulhando numa barbárie para que possamos usar nossos modernos celulares, muitas vezes para falar besteiras, inutilidades, alimentando o “autismo social” das pessoas que nos metrô das grandes capitais do mundo não leem mais romances, nem jornais. Mas é certo que, às vezes, muitas vezes, eles servem para fazer circular informações que não aparecem nos telejornais, nem na mídia do mundo. Eis que não podemos considerar isto como ruim, se olharmos pelo ditado *tudo tem o seu contrário*, como nos ensina Hegel. A contradição ocupa, por conseguinte, o coração da modernidade última de modo dominante.

Diante da realidade da Síria e do Congo, o Brasil continua aparentemente um paraíso. Na verdade, por mais que se queira negar, nos dois últimos anos o país - que tinha mais de 6 milhões de índios, melhor dito, de aborígenes, população pré-colombiana ou pré-cabraliana e que fez transmigrar da África 10 milhões de seres humanos como escravos -, só fez aprofundar uma crise cuja a aparência é exclusivamente brasileira. Alguns meios de comunicação já acham que o mandato de Michel Temer não conseguirá chegar a seu fim. A crise é brasileira sim, mas no globo terrestre comandado pelo capital financeiro mundializado (dos quais participam capitais chineses, russos, coreanos, sírios, congolezes, brasileiros, japoneses, americanos e europeus), a crise pode se aprofundar desigualmente em regiões distintas. Há muito não é possível considerar um de dentro e um de fora de um “capitalismo regional”: não existe mais capitalismo nacional. Isto não impede que a nível dos aparelhos dos Estados “regionais” a concorrência e as pressões armadas - ainda que em tempos globalmente mais “pacíficos”, ocorram também



através da guerra. Nestes termos, torcer para que a Coréia do Norte não faça mais testes nucleares, não pode trazer a ilusão de que se conseguiu realizar o prognóstico de "fim da história" realizado por um capitalismo sem conflitos. Uma tal utopia liberal se acha permanentemente contrariada pelas políticas neoliberais no mundo.

Alguém já disse que o ser humano vê, ouve e acredita no que quer e do jeito que quer, mas por mais que se queira negar, **a crise brasileira é a dimensão temporal e espacial de uma crise muito maior cujos fundamentos é a reprodução do capital em um capitalismo que se tornou transnacional.** Não existe imanência e automatismo definitivo e esse processo será, enquanto durar, não a obra de robôs Big-Brothers. Será sim a obra de homens nominados, com identidade civil e com responsabilidade cidadã e jurídica.

Por conseguinte, não resta dúvida que antes do atual Presidente da República, a ação dos governos anteriores poderia ter minimizado ainda mais o impacto da crise no país do carnaval e do futebol. Em que medida teria sido possível reduzir tal impacto sobre a Petrobras, a Odebrecht, a JBS, dos grandes bancos privados, etc.? Em última análise, esta tem sido a segunda função mais importante dos governos todos no mundo. Se a primeira é assegurar a "lei de ouro" (o lucro) cantado em loas de um mantra pelo crescimento, como sendo este igual a desenvolvimento, progresso, evolução, etc., a segunda função mais importante é reduzir o impacto da crise sobre as frações do capital e sobre a população em geral. As contradições entre os interesses oligárquicos financeiros e a gestão de um Estado nacional que busca, ainda que minimamente, satisfazer as necessidades de seu povo, de seus cidadãos, ficam evidentes quando pensamos em alguns exemplos que mostram que o capital-dinheiro (cada vez menos capital e cada vez mais dinheiro sem valor real) de poderosas elites difíceis de serem nomeadas pessoalmente, passam sempre a ter prioridade sobre o interesse geral, inclusive da soberania nacional.

O Brasil havia alcançado em 2013 o lugar de sexta potência mundial. Somente o Bradesco e o Itaú ocupariam juntos a quarta ou quinta posição se estivessem no mercado estadunidense. O rombo que o Bradesco, a Vale, JBS e a Samarco e alguns outros empreendimentos privados produziram no Instituto Nacional do Seguro Social chega - e talvez já ultrapasse, a casa de 1 trilhão de reais em valores do início de 2017¹. Entre as maiores devedoras do INSS se acham a JBS

¹Consultar: <http://csb.org.br/blog/2017/05/11/atualizada-divida-do-bradesco-vale-samarco-e-outros-com-a-previdencia-chega-a-r-935-bilhoes/>



(2ª), Bradesco (22ª) e Volkswagen (44ª). Também aparecem na lista entidades governamentais ou ligadas a governos: o INSS cobra valores altos da prefeitura de São Paulo (16ª), da Caixa Econômica Federal (19ª), dos Correios (32ª) e do estado do Rio de Janeiro (35ª).¹ Por que, então, os governos querem fazer a população acreditar que são os cidadãos assalariados (que têm descontadas suas contribuições à Previdência em suas folhas de pagamento mensais) que são os responsáveis pelo déficit público geral? Será que nas esferas dirigentes e administrativas do país se acredita que é possível à gente simples, ao povo, desconhecer que o volume do que se recolhe pela Previdência é usado pelo capital financeiro nas suas buscas por mais lucro? O povo miúdo pode não saber explicar, mas sente na pele.

O movimento que paralisou o transporte se concluiu depois de dez dias, sem deixar dúvida sobre a crise política, social e econômica que o país vive. Participaram dele transportadoras privadas, autônomos e empregados. Se houve manipulação apenas com fins políticos, ao que parece, ela foi submersa por uma atitude de verdadeira contestação. A greve dos petroleiros parece ter dado sentido a uma hipótese de que a classe operária mais tradicional, considerada por algumas análises sociológicas como totalmente adaptada e “corrompida politicamente”, parece que foi mais um termômetro para qualificar a crise de mais de a mais profunda vivida pelo país até agora. Ela mostrou que esses setores não ficarão imobilizados numa situação de crise maior.

O país parece entrar na conjuntura eleitoral para a presidência da república sem que nenhuma das promessas do atual governo tenha sido cumprida. O denominado “crescimento econômico” (em torno de 2%) é pífio e mostra que o país não pode viver apenas do “mercado externo”, nem apenas das exportações. Um país que se especializou na exportação de grãos, carne e outras *commodities*, se acha vulnerável para a governança de qualquer Estado nacional e governo que queira promover uma estabilidade econômica, social e política. Eis porque a população não cessa de perguntar como é possível ao maior exportador de agrários do mundo continuar vendendo caro e subindo os preços de produtos de primeira necessidade? O Presidente Michel Temer tendo compreendido que sua audiência pública é muito baixa, escolheu seu Ministro Henrique Meirelles (responsável pela efetiva independência do Banco Central; será que existe outro caso semelhante no mundo?), mesmo tendo acentuado seus conflitos com correligionários de seu

¹ Consultar: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/06/quem-sao-os-maiores-devedores-do-governo.html>



partido, o PMDB, mas sem conseguir esconder que sua situação é bem complicada. A complicação da escolha por Meirelles, advém do fato que nas pesquisas eleitorais ele permanece em torno de 1%. Será que a população comum compreendeu que seu plano de congelamento de 20 anos das políticas públicas, só favorece aos bancos e as empresas dos quais ele é sócio? O governo Temer seguindo seus conselhos, acaba de criar três planos de “parcelamento de débitos tributários” para as grandes empresas que produz uma renúncia fiscal de R\$ 78 bilhões de reais, ao lado de um programa draconiano de privatização das empresas estatais. A Petrobrás considerada deficitária, quando inúmeros experts já demonstram sua boa saúde econômica, é uma das que estão sendo rifadas. O desemprego alcançou algo em torno de 14 milhões de pessoa. Existe um número grande de pessoas que jamais encontrarão emprego e outros tantos que, como fenômeno mundial, desistem de procura-lo. As reservas do Tesouro (em torno de R\$ 650 bilhões) começam a se diluir com alta do dólar e do euro e, portanto, com a desvalorização do real. Isto termina favorecendo aos bancos e empresas “brasileiras” que agem nos mercados de outros países no esquema de associação transnacional do capital. É neste momento que se compreende bem o sentido de se dizer que o dinheiro-capital não tem cheiro, não tem sabor, não escolhe raça, nem gênero.

Nesta conjuntura, para resumir o problema, a prisão do ex-Presidente da República, Luís Inácio da Silva, termina inevitavelmente concentrando muitas atenções no Brasil e no mundo. Sua prisão provocou um movimento de mais de 300 acadêmicos das mais importantes universidades do mundo que lançaram um manifesto intitulado “Lula da Silva é um prisioneiro político. Lula Livre!”, frisando sua condição de candidato à presidência. Em função de seus argumentos e da importância que adquiri na conjuntura presente sua consideração traz esclarecimentos fundamentais. Os signatários procuram trazer detalhes sobre a “natureza arbitrária do processo conduzido pelo Juiz Sérgio Moro” contra Lula e conclamando a comunidade internacional a exigir sua imediata libertação. Eles assinalam que “os abusos do poder judiciário contra Lula da Silva configuram uma perseguição política mal disfarçada sob manto legal” e que sua “detenção mancha a democracia brasileira”. Caracterizam a Operação Lava Jato, como uma “investigação sobre pagamentos de propina a executivos da Petrobrás e políticos, alguns dos quais ocorreram enquanto Lula era presidente”, insistindo que “não há evidências de sua participação no pagamento de propinas”. Lembram que de acordo com a lei brasileira, “a corrupção é uma relação de troca” e que para condenar Lula por corrupção, “o Ministério Público deveria provar que ele participou das fraudes a



licitações e/ou recebeu bens ou valores em contraprestação por tais atos ilícitos". Assinalam ainda que em 2016, Lula foi acusado de receber um apartamento da OAS, uma das contratadas da Petrobrás envolvidas no esquema de corrupção. Insistem que, "no entanto, não há conversa telefônica gravada, transações bancárias, transferência de fundos ou títulos de propriedade" que atestem a propriedade de Lula que jamais "utilizou ou se beneficiou com o apartamento". Mas estranho ainda: o imóvel foi negociado "como garantia pela OAS em transação de empréstimo de longo prazo, não obstante a acusação de que Lula era o dono do imóvel".

É no mínimo curioso, que a "falta de provas incriminatórias foi desconsiderada" por Sergio Moro. Sua condenação foi decidida a partir de uma "colaboração informal" (que não é o mesmo que uma delação premiada) de Leo Pinheiro, um dos executivos da OAS. Pinheiro já havia sido condenado a 26 anos de prisão quando decidiu "colaborar" e envolver Lula, dizendo que o imóvel era "destinado" a Lula, afirmação que **contradiz outros 73 depoimentos**. A sentença de Pinheiro, por sua vez, foi reduzida para três anos e ele foi posto em regime semiaberto.

Os autores do Manifesto assinalam ainda que "o Ministério Público não apontou nenhuma ação ou omissão específica que Lula tenha executado para beneficiar a OAS". Moro condenou Lula por ter praticado "atos indeterminados de corrupção" que teriam beneficiado a OAS. Para as personalidades assinantes, "essa categorização inverte o ônus da prova". Obriga ao acusado provar que é inocente, procedimento que "simplesmente não existe no sistema jurídico brasileiro". Afirmam que se o caso de Lula não tem "relação com a corrupção da Petrobrás, ele não deveria ter sido julgado por Moro". O magistrado "escolheu" o réu e "atuando como investigador, promotor e juiz". Renomados juízes internacionais sustentam que "tal sentença, pelo seu próprio texto, não encontra sustentação legal e constitucional, inclusive pelas normas brasileiras, uma vez que se refere a "atos indeterminados" e "não resiste a qualquer escrutínio jurídico lógico e razoável". Ademais a referência a "atos de ofício" é irreal. Produzem uma narrativa que começa em 2013, bem depois de Lula ter deixado o cargo.

Afirmam ainda que ocorreu uma verdadeira "guerra jurídica contra Lula (...), para manter seu caso sob a jurisdição de Moro a qualquer custo". Muitas situações estranhas apareceram, desde a acusação, a uma tentativa de condução coercitiva, até a celeridade do "julgamento da apelação contra a sentença de Moro". O caso de Lula foi "colocado à frente de 257 outros casos pendentes. O relator levou



apenas seis dias para concluir sua análise” sendo que o processo tinha milhares de páginas e horas de depoimentos. “A turma do Tribunal levou 196 dias para julgar a apelação quando, em média, necessita de 473 dias para julgar casos semelhantes”.

De acordo com a Constituição brasileira, “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. A sentença proferida por Moro contra Lula, ainda pode ser revista pelos Tribunais Superiores e pelo STF (Supremo Tribunal Federal), este último a instância mais elevada no país para questões constitucionais. Mas os pleitos de Habeas Corpus ao STF, lhes foram negados.

Diante de tais fatos, por mais leigo que seja o cidadão, fica a pergunta que não “arreda pé”: por que uma tal obstinação? Um esboço de hipótese pode ser tentado. Em 2016 a forma da destituição do Governo Eleito de Dilma Rousseff e o processo de judicialização de suas protagonistas, de seus ministros, assessores – apesar do reconhecimento mundial de Lula como a maior liderança que a América Latina havia produzido nas últimas décadas –, promoveu uma **nova forma na luta política** que não mudou sua essência motivadora: a judicialização de governos não alinhados à geopolítica dominante. A terceira via é uma forma de governo tolerada quando os representantes mais diretos do capital não conseguem assegurar suas representações diretas. Foi o que explicou o colapso do populismo no Brasil dos anos 1960. Os anos 1970 pareciam haver decretado o fim do populismo no Brasil.

Populista representante de uma terceira via, defensor de uma humanização da ordem atual (ou não), Lula se acha preso e apesar disto continua no primeiro lugar das sondagens. A crise não cessa de se aprofundar, sem que as elites dominantes do país tenham conseguido uma alternativa para as eleições presidenciais que se aproximam.

Lula e Dilma nunca defenderam uma política diferente, senão aquela que procurava apoio popular através de políticas públicas (Minha Casa, Minha Vida, cotas nas universidades, bolsa família, etc.), mas sem, de fato, procurar afrontar o capital (pequeno, médio ou grande), nem mesmo o transnacional. É verdade que o pré-sal e a estratégia geopolítica de ajudar na construção de outro equilíbrio mundial com o BRICS (Brasil+Rússia+Índia+China+África do Sul) nas forças políticas e econômicas pesou na decisão de setores importantes das elites nacionais e transnacionais que destituíram a Dilma. Todavia o que procuraram implementar foi um crescimento para o Brasil como menos crise e alguma distribuição de renda. O lulismo é assim, a reprodução tardia de uma terceira via, semelhante ao que Getúlio Vargas imaginou: um capitalismo com lucro, que favorece as forças



econômicas sociais do país e que eleve o nível de vida da população em geral. E aí fica a pergunta: será que foi realmente uma alternativa para o capital retirar Dilma Rousseff da Presidência e impedir Lula de concorrer às próximas eleições presidenciais?

.*.*.*

Aos nossos leitores e colaboradores, precisamos dizer que, com o lançamento dos números 25, 26 e 27 concluímos um trabalho iniciado em 1995 buscando desenvolver a teoria do conhecimento, da história e da relação cinema-história. Este trabalho se desenvolveu para a análise das sociedades, da crise mundial, etc. A partir de agora, continuaremos publicando artigos, resenhas e ensaios em fluxo contínuo nas diversas seções da Revista, mas não iremos mais publicar dois números por ano, como vínhamos fazendo, com sumário estruturado mais ou menos padrão. Tomamos esta decisão porque não estamos conseguindo mais cumprir tal regularidade. O número 25, por exemplo, deveria ter sido lançado em outubro de 2017. Mas problemas ligados às questões técnicas, de tradução, de revisão de tradução, de avaliação de artigos, de construção dos dossiês, etc., ultrapassam nossas possibilidades de afrontá-los com os meios que temos hoje. O melhor que fazemos em respeito a nossos colaboradores, e a nós mesmos, é paramos agora. Eventualmente se mais adiante conseguirmos reunir condições técnicas favoráveis, não descartamos a possibilidade de retomarmos o projeto da Revista O Olho da História.

Neste momento só nos resta agradecer a todos aqueles que, de um modo ou de outro, fizeram com que este projeto tenha chegado até aqui com sucesso. Seus quase 1 milhão de visitas em menos de 10 anos de utilização de seu contador, atestam de sua qualidade e originalidade. Aos nossos colaboradores internacionais e nacionais mais assíduos, destinamos nossos mais calorosos agradecimentos. Àqueles que nos acompanharam desde a primeira hora, afirmamos que continuamos honrados. Àqueles que se foram no meio do caminho dedicamos a eles nossa memória.